

A autonomia das universidades e a liberdade de inovar

“A qualidade é a adequação ao propósito e está nos olhos de quem vê. A educação aberta é paixão, envolvimento, acesso, eficácia, impacto, disponibilidade, precisão, é ser-se bom”.

Domingos Caeiro e João Relvão Caetano

As universidades existem para enfrentar o desconhecido. Por isso devem ser autónomas, ou seja, dispor de liberdade para se organizar, ensinar, investigar e relacionar da forma que entendam mais adequada, sem constrangimentos ou pressões externas.

Está neste momento em discussão a revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), que implica a alteração de outros diplomas legais. É por isso tempo de pensar o que significa a autonomia e a sua importância para o desenvolvimento das universidades, dado o seu papel crucial.

É nossa tese que as universidades precisam de se transformar por forma a contribuir para a criação de ecossistemas de inovação. Num tempo em que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ganham força, "Verde" e "Digital" tornam-se "grandes ideias" e leitmotivos do debate sobre a inovação. As universidades devem cooperar entre si e com a sociedade para enfrentar os desafios da transição digital e da sustentabilidade através de modelos social e digitalmente integrados aptos a criar modernos ecossistemas de inovação que respondam aos desafios globais, incluindo os ODS.

Para tal, as universidades devem: i) criar estruturas e mecanismos adequados ao desenvolvimento de projetos de inovação social e digital; ii) incorporar as prioridades sociais e de sustentabilidade de forma sistémica constituindo-se como protagonistas da cidadania; iii) abraçar a inter e a transdisciplinaridade na investigação e ensino; iv) promover a colaboração intersetorial e multior; v) incentivar a utilização da Inteligência Artificial (IA); vi) fortalecer a mobilidade de pessoas com as empresas e potenciar as atividades de transferência do conhecimento; vii) promover a aprendizagem inteligente e criar sistemas de aprendizagem flexíveis, acessíveis e adaptativos para todas as pessoas; viii) promover novos currículos apoiados em competências "verdes", digitais e éticas necessárias para garantir a utilização efetiva e apropriada da IA (ferramentas como o ChatGPT devem ser vistas como avanços de apoio às aprendizagens); ix) dar relevância à qualidade de vida dos seus agentes.

As universidades devem rever as suas missões e a forma de atuar, definindo bem os seus perfis institucionais, de modo diferenciado e complementar.

A ideia de segmentação das funções das universidades é errada. As universidades devem ensinar o que investigam e transferir o conhecimento de forma tendencialmente livre e gratuita ou reinvestindo os capitais obtidos. Dito de outra forma, as universidades servem para servir, não para dar lucro. A melhor forma de servirem hoje passa por aumentarem a sua capacidade de colaboração interna e externa e de fazerem diferente (umas das outras e em relação ao passado).

No futuro o ensino será híbrido ou online apoiado em novas metodologias de aprendizagem e

os estudantes serão avaliados diferentemente. A investigação estará ligada ao ensino e à transferência do conhecimento, com implicações na vida dos professores e investigadores. Tudo isto exige avultados investimentos públicos e privados, no respeito pela lei.

As universidades devem investir em programas de aprendizagem adaptativa, em tecnologias de ensino e aprendizagem colaborativas e recursos digitais para professores e estudantes, em ensino online para estudantes em qualquer lugar do mundo. Devem criar programas que ofereçam aos estudantes a experiência de colocarem em prática os seus talentos e conhecimentos, adquirindo novas aptidões trabalhando em projetos nas organizações, combinando objetivos de aprendizagem com serviço à comunidade. Os participantes nesses novos programas devem ser formados em computação e educação digital, assim como aprender a pensar de forma crítica e criativa e a autorregular as suas práticas cada vez mais disruptivas. É preciso aumentar os níveis de colaboração e empatia nos processos de ensino e aprendizagem, sem prejuízo da autoridade dos professores.

A investigação deve ter impacto social e procurar ser inovadora. É preciso criar laboratórios "abertos" que contribuam para o aumento da educação científica e o envolvimento das pessoas na definição das agendas de investigação. As novas tecnologias de informação e a IA devem favorecer abordagens democráticas na gestão e transferência do conhecimento para a sociedade.

Os ODS devem integrar os novos currículos e agendas de investigação a uma maior escala. Na Sociedade e Indústria 5.0 (com máquinas e pessoas trabalhando juntas), a sociedade está no centro do sistema de inovação. Educação, Investigação e Inovação serão promovidas pelas universidades, empresas e outros atores que desenvolverão formas de aprendizagem ao longo da vida flexíveis e no lugar de trabalho.

Carayannis e Campbell descrevem as interações entre universidade, indústria, governo, público e ambiente numa economia do conhecimento. As universidades devem ajudar à promoção dos valores democráticos no âmbito de uma economia do conhecimento impulsionada pela inovação.

Propomos um modelo de universidade social e digitalmente comprometida que assuma novos papéis no ecossistema de inovação. Nesse modelo, as universidades são locais de "prototipagem" de uma cultura humanista, com desenvolvimento tecnológico e a criação de capital de poder, ou seja, integram "sociedades superinteligentes" onde pessoas, conhecimento, tecnologia e inovação partilhados favorecem o bem-estar social.

Aumentará a competição entre universidades na procura de visibilidade e financiamento num contexto de grandes desafios demográficos (urbanização, envelhecimento da sociedade e diminuição da natalidade) e de mudança para uma sociedade mais tecnológica. As universidades terão de lidar com a necessidade de operar num contexto global (digital) adaptando os seus currículos que são ainda nacionais. É uma realidade complexa para a qual se exige um equilíbrio entre o ensino (a tecnologia e a inovação digital ganharão peso), a investigação (que deve ser relevante para as comunidades) e a prática (os estudantes devem ser equipados com competências para o mercado de trabalho).

Estes são tempos exigentes para o ensino superior e especialmente para os professores/investigadores, que devem desenvolver novas habilidades, uma nova capacidade de lidar com mudanças rápidas, novas perspetivas para uma vida profissional plena.

A educação ao longo da vida será a expressão de um ensino inovador que responderá às

necessidades das pessoas que só estas conhecem. Como professores e dirigentes de uma universidade pública de educação a distância, destacamos o facto de o ensino aberto, online e a distância não só requerer inovação, repensamento, mudanças sistémicas, novas estratégias organizacionais, como de estar numa posição de vanguarda. No campo operacional, as tecnologias e práticas digitais darão suporte à alteração de diversos aspetos das universidades, designadamente no campo da governança. A educação é fundamental para o progresso pessoal, além de ser uma peça-chave para a coesão social e política. As universidades desempenham esse papel importante.